

O Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde

Mensurando recursos financeiros alocados na Economia Verde

3ª edição - Novembro de 2017



Sumário

Apresentação	4
1. Metodologia	5
1.1. Setores analisados	7
1.2. Instituições financeiras participantes	9
2. Resultados de 2016	10
2.1. Setores representativos da Economia Verde	10
Tabela 1 – Saldos para setores da Economia Verde	11
2.2. Setores com atividades potencialmente causadoras de impacto socioambiental	12
Tabela 2 – Saldos para setores com potencial impacto socioambiental.....	12
2.3. Dimensão dos recursos alocados	13
3. Síntese do período de 2013 a 2016	14
Figura 1 – Financiamentos e/ou empréstimos a setores da Economia Verde	14
Figura 2 – Financiamentos e/ou empréstimos a setores com potencial impacto socioambiental.....	14
4. Avanços: inclusão do mercado de capitais	15
4.1. Títulos do mercado de capitais	15
4.2. Data-base das captações	15
4.3. Especificidades dos títulos	16
4.4. Green bonds	16
4.5. Resultados	17
5. Valor estratégico	18

Apresentação

Em 2014, a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos estabeleceu uma agenda, com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces), para analisar os possíveis caminhos para alavancar a transição à Economia Verde no Brasil por meio do direcionamento de recursos intermediados pelo Setor Financeiro Nacional (SFN).

Como resultado dessa parceria, em outubro de 2015, foi publicada a primeira edição do estudo **Mensurando recursos financeiros alocados na Economia Verde**, no qual foram apresentados os montantes totais de financiamentos em 2013 e 2014 para setores representativos da Economia Verde e para setores cujas atividades são potencialmente causadoras de impactos ambientais.

Esse estudo estimula a adesão contínua de novas instituições para, assim, ampliar a mensuração do fluxo de recursos intermediados pelo Sistema Financeiro Nacional para a Economia Verde. Em 2017, somam-se 15 instituições financeiras participantes, que representam 87,3% do saldo total de empréstimos para pessoas jurídicas realizado pelo setor bancário brasileiro.

É importante ressaltar que o aprimoramento dessa metodologia é um processo contínuo. Em 2017, com a participação da ANBIMA, foi possível apurar também os dados do mercado de capitais.

Este relatório apresenta os totais de saldos das carteiras de empréstimos e/ou financiamentos em 31/12/2016 no nível “Divisão” da estrutura CNAE para os dois setores citados: Economia Verde e setores com potencial impacto socioambiental, bem como uma síntese dos saldos das carteiras no período de 2013 a 2016.

Os relatórios anteriores estão disponíveis em portal.febraban.org.br, em Publicações, SFN e a Economia Verde.

Boa leitura!



1. Metodologia

A metodologia desenvolvida tem como objetivo a mensuração dos recursos de financiamentos e/ou empréstimos realizados pelos bancos para pessoas jurídicas de setores econômicos integrantes da Economia Verde no Brasil.

A metodologia contemplou a identificação das atividades econômicas consideradas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, na sigla em inglês) como setores da Economia Verde e das atividades econômicas consideradas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) potencialmente causadoras de impacto socioambiental. Também foram identificados os respectivos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) das atividades que compõem os setores mencionados.

Premissas para apuração dos dados

Utilizar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), no seu quinto nível da estrutura, o de Subclasses, como base para reportar montantes contratados e desembolsados e saldo das operações, em 31 de dezembro de cada ano pesquisado.

Para os setores da Economia Verde, foram acrescentados linhas de produtos de financiamento e/ou empréstimos focados em atividades do agronegócio verde e produtos específicos com finalidade socioambiental. Para quantificar esses recursos, foram criados códigos FEBRABAN seguindo a estrutura oficial da CNAE.

Considerar as operações de crédito OnShore e financiamentos específicos a setores da Economia Verde identificadas na CNAE.

Não considerar coobrigações (garantias, fianças) para as operações de crédito.

Cabe ressaltar que o levantamento de dados seguiu as mesmas diretrizes da metodologia adotada nas primeiras edições, porém com a inclusão de melhorias que visam permitir o aprofundamento e a clareza da classificação dos recursos.

Assim, atendendo às recomendações para o contínuo aperfeiçoamento da metodologia, promoveram-se mudanças nos processos com o objetivo de automatizar e uniformizar a forma de mensurar recursos alocados pelos bancos aos diversos setores econômicos.

A pesquisa considerou os volumes de operações de financiamentos e/ou empréstimos (carteira de crédito), segundo os critérios mencionados a seguir.



Saldo alocado nos setores com potencial impacto socioambiental

Relativo às operações de financiamentos e/ou crédito concedidas às atividades econômicas identificadas na CNAE, de acordo com a Resolução CONAMA 237/1997.



Saldo da carteira

Trata-se do montante desembolsado, acrescido dos encargos da operação, menos o montante pago (amortizado) pelo cliente, conforme critérios e procedimentos estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).



Saldo alocado na Economia Verde

Relativo às operações concedidas às atividades econômicas identificadas pela CNAE que fazem parte da Economia Verde e aos produtos de financiamento com modalidades específicas apresentados como CNAEs FEBRABAN.

1.1. Setores analisados

A mensuração dos recursos foi definida para os dois grupos: Economia Verde e setores com atividades potencialmente causadoras de impacto socioambiental.

A seguir, apresenta-se a definição de Economia Verde e os respectivos setores econômicos, conforme o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP).



Economia Verde

É a que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica, tendo como principais pilares: baixa emissão de carbono, eficiência no uso dos recursos e inclusão social.

Setores

Energias renováveis, Eficiência energética, Construção sustentável, Transporte sustentável, Turismo sustentável, Água, Pesca, Floresta, Agricultura sustentável, Resíduos, bem como atividades específicas do agronegócio e alguns setores de cunho social como Educação, Saúde, Inclusão produtiva e Desenvolvimento local e regional.



Nota: devido à abrangência do tema e por não estar ligado a nenhum ramo de atividade específica, não foi possível identificar o setor de Eficiência Energética nas premissas deste relatório.

O segundo, mais abrangente, engloba setores cujas atividades apresentam potencial impacto socioambiental, em que a gestão de risco é fundamental, seja para mitigar efeitos negativos seja para potencializar os positivos. Em sua maioria, são setores sujeitos a diligências e análises de risco especiais por parte dos bancos. A seguir, são apresentados esses setores, de acordo com o disposto na Resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Setores com atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental, segundo o CONAMA

- ✓ **Extração e tratamento de minerais**
- ✓ **Indústria de produtos minerais não metálicos**
- ✓ **Indústria metalúrgica**
- ✓ **Indústria mecânica**
- ✓ **Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações**
- ✓ **Indústria de material de transporte**
- ✓ **Indústria de madeira**
- ✓ **Indústria de papel e celulose**
- ✓ **Indústria de borracha**
- ✓ **Indústria de couros e peles**
- ✓ **Indústria química**
- ✓ **Indústria de produtos de matéria plástica**
- ✓ **Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos**
- ✓ **Indústria de produtos alimentares e bebidas**
- ✓ **Indústria de fumo**
- ✓ **Obras civis**
- ✓ **Serviços de utilidade**
- ✓ **Transporte, terminais e depósitos**
- ✓ **Turismo**
- ✓ **Atividades agropecuárias e uso de recursos naturais**

Abaixo, é apresentada a definição e a estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, conforme o CONCLA.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

CNAE é uma padronização dos códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo. A CNAE está estruturada em cinco níveis hierárquicos: seção, divisão, grupo, classe e subclasse, e é elaborada sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, na Subcomissão Técnica da CNAE, que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA).

CNAE

1.2. Instituições financeiras participantes

Em 2017, participaram da pesquisa as seguintes instituições financeiras: ABC Brasil; Banco do Brasil; Banco Votorantim; Banco da Amazônia (BASA); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Nordeste (BNB); Bradesco; BTG Pactual; Caixa Econômica Federal; Daycoval; Itaú Unibanco; Rabobank; Santander; Sicredi e Triângulo. Estas Instituições representavam, em dezembro de 2016, 87,3% do saldo total de empréstimos para pessoas jurídicas realizados pelo setor bancário brasileiro.



2. Resultados de 2016

A pesquisa considerou os volumes contratados, desembolsados e saldos de operações. No entanto, são apresentados apenas os resultados dos saldos, uma vez que estes representam, de fato, a posição final das instituições financeiras perante o Banco Central do Brasil.

Os resultados são reportados de forma agregada, com o intuito de preservar a identidade das instituições pesquisadas.

A seguir, destacam-se os resultados referentes aos saldos das carteiras de financiamentos e empréstimos (carteira de crédito), em 31/12/2016, nos dois setores, conforme propõe a metodologia.

Observa-se que os saldos por setores dos anos anteriores estão disponíveis em portal.febraban.org.br.

2.1. Setores representativos da Economia Verde

Em 2016, o saldo de carteira para os setores da Economia Verde foi de R\$ 309.080 milhões

Para esses setores, foram acrescentados os volumes financeiros de produtos específicos com finalidade socioambiental e de financiamento de atividades de agricultura de baixa emissão de carbono e boas práticas agropecuárias.

Tabela 1 - Saldos para setores da Economia Verde em 2016

Setores	Saldo em R\$ milhões
Energias renováveis*	95.041
Transporte sustentável	84.382
Agricultura sustentável	66.609
Produtos com finalidade específica	25.190
Educação	10.919
Saúde	8.552
Inclusão produtiva e desenvolvimento local e regional	7.578
Água	5.768
Florestas	2.490
Eficiência em resíduos	1.030
Cidades	788
Pesca	723
Turismo sustentável	9
Total	309.080

*Seguindo critérios do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão do Ministério de Minas e Energia, para a CNAE relacionados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, foi considerado apenas 81% do total dos recursos informados pelas instituições financeiras - ponderador representativo de energia não emissora de CO2 (excluída fonte termonuclear).

Fonte: www.ons.org.br.



2.2. Setores com atividades potencialmente causadoras de impacto socioambiental

O saldo da carteira referente às operações nesses setores totalizou R\$ 605.866 milhões, em 31/12/2016.

Tabela 2 - Saldos para setores com atividades potencialmente causadoras de impacto socioambiental (nível Divisão da estrutura CNAE)

Descrição	Saldo em R\$ milhões
Eletricidade, gás e outras utilidades	88.499
Fabricação de produtos alimentícios	53.825
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	53.637
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	47.667
Transporte aquaviário	34.480
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	29.456
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	26.378
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	25.776
Metalurgia	25.621
Obras de infra-estrutura	24.787
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	19.152
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	17.626
Fabricação de produtos químicos	16.901
Fabricação de máquinas e equipamentos	15.377
Transporte terrestre	13.886
Construção de edifícios	11.327
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	11.057
Extração de minerais metálicos	10.311
Comércio varejista	9.217
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	7.524
Fabricação de produtos têxteis	7.356
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	6.808
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	5.250
Fabricação de bebidas	4.769
Outros	39.180
Total	605.866

Nota: os saldos dos anos anteriores estão disponíveis em portal.febraban.org.br.



2.3. Dimensão dos recursos alocados

Para conhecer a dimensão dos saldos dos recursos alocados aos setores da Economia Verde e aos setores com potencial impacto ambiental, foram considerados o saldo total da carteira de crédito de pessoas jurídicas de todos os bancos do mercado (R\$ 1.884 bilhão) e o saldo total da carteira de crédito de pessoas jurídicas somente dos bancos participantes da pesquisa (R\$ 1.645 bilhão).

Para o cálculo das proporções, além das informações fornecidas pelos bancos participantes, foi utilizado o informe Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas (IF.data) do Banco Central do Brasil.

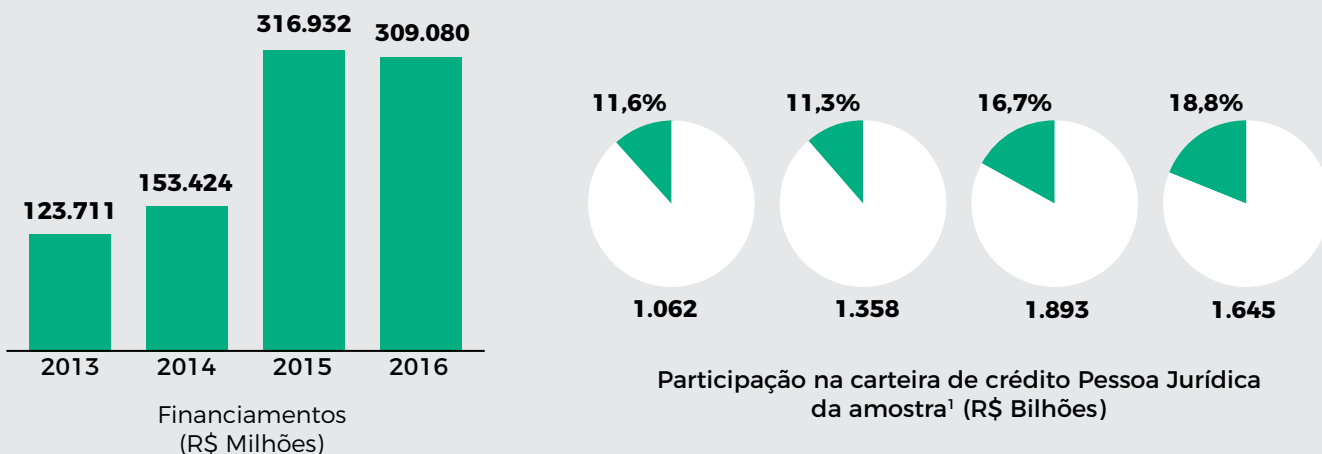
Os saldos dos financiamentos e/ou empréstimos aos setores da Economia Verde, portanto, representaram 18,8% do total das operações com pessoas jurídicas realizadas em 2016 pelos bancos participantes da pesquisa. A representação desses saldos no total da carteira de crédito pessoa jurídica dos bancos do sistema financeiro foi de 16,4%.

Os saldos dos financiamentos aos setores com potencial impacto socioambiental, por sua vez, representaram 36,8% das operações realizadas pelos bancos participantes a pessoas jurídicas no mesmo período. Esses saldos correspondem a 32,2% do total da carteira de crédito pessoa jurídica dos bancos do mercado.

3. Síntese do período de 2013 a 2016

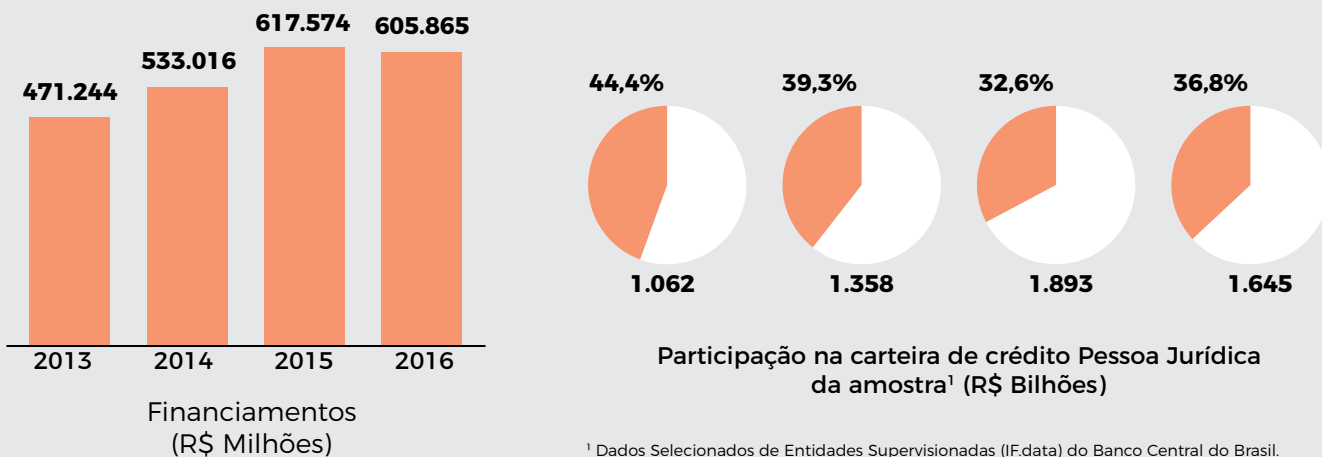
Apresentam-se a seguir os volumes de crédito, em 31 de dezembro, de 2013 a 2016, dos bancos participantes no ano da pesquisa, nos setores da economia verde e com potencial impacto socioambiental.

Figura 1 - Financiamentos e/ou empréstimos a setores da Economia Verde



¹ Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas (IF.data) do Banco Central do Brasil.
Nota: a carteira pessoa jurídica da amostra considera os bancos participantes no ano da pesquisa.

Figura 2 - Financiamentos e/ou empréstimos a setores com potencial impacto socioambiental



¹ Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas (IF.data) do Banco Central do Brasil.
Nota: a carteira pessoa jurídica da amostra considera os bancos participantes no ano da pesquisa.

4. Avanços: inclusão do mercado de capitais

Em 2017, com a participação da ANBIMA foi possível apurar dados do mercado de capitais. Pela primeira vez, este relatório apresenta os volumes de financiamento originados nesse segmento.

Devido à especificidade do mercado de capitais, na metodologia foram considerados os aspectos a seguir relacionados.

4.1. Títulos do mercado de capitais

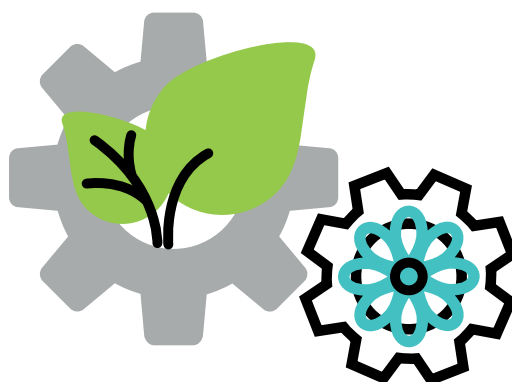
Foram incluídos no estudo todos os títulos emitidos no mercado de capitais, classificados como green bonds, ações, debêntures e bonds.

Os títulos listados foram considerados conforme a CNAE do emissor contemplando a metodologia adotada para a classificação de setores da Economia Verde e setores com atividades potencialmente causadoras de impacto socioambiental citadas anteriormente.

4.2. Data-base das captações

Para a data-base das captações, foram consideradas a data de encerramento da oferta de ações e debêntures, e a data de liquidação de bonds.

Observa-se que a data-base é aquela em que se obtém o resultado da oferta (volume total captado pelo emissor).



4.3. Especificidades dos títulos

Ações: foram consideradas apenas as ofertas primárias de ações, cujos recursos vão para a empresa emissora.

Ações e debêntures: foram excluídas da amostra as ofertas que tiveram os recursos destinados integralmente para o resgate de uma emissão anterior, conforme informado na escritura ou em fato relevante divulgado pelo emissor.

Bonds: os volumes captados foram convertidos pela cotação (BACEN) da data de liquidação da oferta e apresentados em reais. Nos dados apurados, não foram consideradas as ofertas de bonds realizadas pelo Tesouro Nacional.

4.4. Green bonds

Os títulos de dívida classificados como green bonds foram considerados “Economia Verde”, independentemente da destinação informada nos documentos da oferta e da CNAE.



4.5. Resultados

4.5.1. Mercado de capitais nos setores da Economia Verde em 2016

Título	Volume em R\$ milhões
Emissão de dívida no mercado doméstico (debêntures)	21.107
Emissão de dívida no mercado externo (bonds)	0
Emissão primária de ações	656
Green bonds	2.869
Total	24.633

Em 2016, o total das emissões foi de R\$ 116 milhões e a participação nos setores da Economia Verde representou 21,1%.

4.5.2. Mercado de capitais nos setores com potencial impacto socioambiental em 2016

Título	Volume em R\$ milhões
Emissão de dívida no mercado doméstico (debêntures)	16.117
Emissão de dívida no mercado externo (bonds)	57.455
Emissão primária de ações	300
Total	73.872

Nos setores de atividades potencialmente causadoras de impacto socioambiental, a representação é de 63,3% do total das emissões de R\$ 116 milhões.

Ressalta-se que 15,6% das operações do mercado de capitais são de emissores que não foram classificados em ambos os setores.

5. Valor estratégico

As melhorias contínuas nos processos, destacando-se a implantação do Banco de Dados - Economia de Baixo Carbono e do Ambiente de Informações Seguras do Setor (AISS), realizada no ano anterior, garantem mais qualidade e segurança, bem como possibilitam criar séries históricas e análises do agregado setorial com mais clareza.

As instituições participantes, por sua vez, além de sua própria performance, têm condições para compararem-se com o agregado setorial em cada um dos setores econômicos identificados na CNAE.

Assim, considera-se que o valor das análises está em:

Identificar e avaliar os volumes de empréstimos e/ou financiamentos por setor de atividade econômica e o potencial dos mercados.

Conhecer e gerenciar o perfil das carteiras.

Avaliar a evolução dos empréstimos e financiamentos intermediados pelo setor bancário para a Economia Verde (economia de baixo carbono).

Permitir, no futuro, análises comparativas, para os países que desenvolverem metodologia semelhante.

Ressalta-se que este estudo tem periodicidade anual e objetiva estimular continuamente a adesão de novas instituições.

Os aperfeiçoamentos na metodologia são constantes, buscando realizar análises mais aprofundadas a cada ano e apoiar o avanço do Brasil na agenda do desenvolvimento sustentável, bem como avaliar a melhor alocação de recursos e sua eficiência.

REALIZAÇÃO

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
Diretoria de Relações Institucionais

Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos – Diretor de Relações Institucionais
Alessandra Panza – Assessora de Relações Institucionais
Beatriz Stuart Secaf – Assessora de Relações Institucionais

EDIÇÃO E REVISÃO

Rose Jordão – MTB 34097/2002

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARTICIPANTES

ABC Brasil
Banco do Brasil
Banco Votorantim
Basa (Banco da Amazônia)
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)
BNB (Banco do Nordeste)
Bradesco
BTC Pactual
Caixa Econômica Federal
Daycoval
Itaú Unibanco
Rabobank
Santander
Sicredi
Triângulo

AGRADECIMENTOS

Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS) da FEBRABAN
ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

EDIÇÃO DE ARTE

Ideia Visual

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos